

NOVOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA

NEW TERRITORIES OF LAND REFORM IN THE CAMPANHA GAÚCHA

Marcelo Cervo Chelotti

Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia – MG
Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA)
chelotti@ig.ufu.br

Resumo

Na década de 1990, a Campanha Gaúcha tornou-se um grande foco de luta pela terra no Rio Grande do Sul. O deslocamento da luta pela terra para essa região constitui uma das estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para conquistar novos territórios para a reforma agrária. No final do ano de 2008, o anúncio da aquisição de parcela da Fazenda Southall, localizada no município de São Gabriel, representou mais uma conquista do MST dentro do território latifundiário gaúcho, que fora considerada um símbolo de resistência da classe ruralista. Tornam-se, pois, evidentes as novas (re)configurações territoriais em curso na região.

Palavras-chave: Luta pela terra, Reforma agrária, Campanha Gaúcha.

Abstract

In the 1990s, the Rio Grande do Sul Campaign has become a major focus of the fight for the land in Rio Grande do Sul. The displacement of the struggle for land in that region was one of the strategies of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in gaining new territories for land reform. At the end of 2008, the announcement of the acquisition of parcel of Southall Farm, located in São Gabriel, was another achievement of the MST inside the Rio Grande do Sul landowner territory, which is considered a symbol of rural class resistance. Therefore, it is clear the new territorial (re)configurations under way in the region.

Keywords: Fight for land, Land reform, Campanha Gaúcha.

Introdução

A Campanha Gaúcha, por várias décadas, constituiu-se a principal área da pecuária de corte no estado do Rio Grande do Sul, por ser uma expansão do bioma Pampa em território brasileiro. A paisagem formada por campos naturais, estâncias e modo de vida do gaúcho assegurou a essa região fronteiriça uma identidade regional singular em relação às demais regiões brasileiras.

A modernização da agricultura que no Brasil, começou em meados da década de 1960, incorporando esse bioma para a produção de arroz irrigado e de soja. A propriedade da terra, no entanto, continuou concentrada nas mãos dos pecuaristas, que passaram a arrendar parcelas de suas estâncias para a lavoura capitalista moderna do arroz irrigado.

As transformações que ocorreram no espaço agrário gaúcho, principalmente, após a década de 1960, com o processo de modernização da agricultura, foram responsáveis por profundas transformações socioespaciais, bem como pela grande heterogeneidade de sujeitos territorializados no espaço agrário do Rio Grande do Sul.

Os reflexos do processo de modernização da agricultura no espaço agrário gaúcho foram capazes de expropriar milhares de pequenos agricultores de suas terras. Também, no final da década de 1970, ocorreu a emergência de movimentos sociais no campo brasileiro, juntamente com o processo de democratização em que se encontrava o país. Assim, a década de 1980 foi marcada pela ascensão e organização de movimentos sociais, principalmente no campo, reivindicando a realização da reforma agrária, adiada com o golpe militar de 1964.

Destaca-se que a maioria dos produtores familiares, expulsos do campo via processo de modernização da agricultura no estado do Rio Grande do Sul localizavam-se, em grande parte, na metade norte do estado, constituída por áreas de colonização, caracterizadas por uma estrutura fundiária formada, em sua grande maioria, por pequenas propriedades rurais.

Devido ao aumento do processo de expulsão no campo, o governo estadual foi pressionado pelos movimentos sociais a realizar desapropriações em grandes propriedades rurais, para o assentamento de parcela desses produtores familiares, que se

encontravam organizados em movimentos sociais apoiados pelas igrejas Católica e Luterana.

A emergência dos movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul exerceu um importante papel na territorialização da luta pela terra. Na medida em que ocorria a territorialização da luta pela terra, foram incorporados novos elementos à questão regional do Rio Grande do Sul, em especial na Campanha Gaúcha. Assim, os assentamentos rurais implantados durante a década de 1980 localizavam-se próximos às áreas das quais os produtores familiares foram expulsos, ou seja, no norte do Rio Grande do Sul.

A partir do final da década de 1980, em alguns municípios da Campanha Gaúcha, foram instalados assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra oriundos, principalmente, do norte do Rio Grande do Sul. Na década de 1990, essa área tornou-se prioritária para instalação de dezenas de assentamentos rurais pelos governos Estadual e Federal em função do baixo valor de mercado de suas terras. No entanto, tal política de Estado sempre foi repudiada, principalmente, por segmentos ligados ao setor agropecuário capitalista.

Na década de 1990, intensificaram-se os conflitos fundiários entre os sem-terra organizados pelo MST e os latifundiários da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL). O resultado desse processo foi a atuação do Estado na aquisição de dezenas de propriedades para a realização de assentamentos rurais. A conquista e a inserção de assentamentos em áreas típicas de pecuária de corte extensiva fizeram parte do processo de territorialização da luta pela terra na década de 1990.

Verificou-se, portanto, uma reorientação geográfica nos projetos de assentamentos rurais em direção aos municípios localizados nessa região, pois, até então, os projetos de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul restringiam-se ao norte do estado, e desde meados da década de 1970, foram marcados por conflitos fundiários.

A reorientação dos projetos de assentamentos rurais para determinados municípios da Campanha Gaúcha foi impulsionada fortemente pela atuação do MST e pela sua institucionalização como área prioritária para realização da “reforma agrária” durante o governo Olívio Dutra (1999-2002). Por caracterizar-se como uma área periférica de crescimento lento no contexto da economia gaúcha, foi institucionalizada

para a instalação de assentamentos rurais, de acordo com uma nova proposta de desenvolvimento regional do Governo Estadual, visando à reterritorialização de milhares de trabalhadores rurais sem-terra.

Assim, municípios que até a década de 1990 possuíam sua matriz produtiva alicerçada na pecuária de corte (bovinos e ovinos) e na lavoura capitalista do arroz irrigado e da soja, começaram a fortalecer a produção de cunho familiar, por meio da territorialização de milhares de trabalhadores sem-terra, que foram assentados em áreas anteriormente ocupadas pelo latifúndio.

Mais recentemente, no início dos anos 2000, novos interesses econômicos colocaram a Campanha Gaúcha na pauta do dia, quando empresas multinacionais de celulose, apoiadas pelo Governo Estadual, decidiram implantar áreas de florestamento. O discurso de que esses novos empreendimentos de empresas multinacionais promoveriam o desenvolvimento regional provocou mobilizações favoráveis e contrárias por parte da sociedade gaúcha.

O presente artigo, portanto, tem como objetivo analisar o processo de (re) configuração territorial¹ na Campanha Gaúcha (RS), principalmente, a partir do embate entre o espaço latifundiário e os assentamentos rurais, que produzem significativas expressões da reterritorialização camponesa.

Para realizar a referida análise, delimitamos o recorte temporal pós-1990, durante o qual acentuou-se a luta pela posse da terra no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, o processo de instalação dos projetos de assentamentos rurais. Assim, tornou-se evidente uma nova dinâmica territorial promovida pela instalação de assentamentos rurais em vários municípios.

Nossa metodologia pautou-se na coleta de dados secundários e documentais, dividida em três grandes etapas, sendo elas: (a) o banco de dados sobre reforma agrária, DATALUTA/NERA, responsável pela disponibilização das informações referentes ao número de assentamentos, famílias, área ocupada em hectares pelos assentamentos, bem como o ano de sua criação, até o ano de 2005. Na Comissão Pastoral da Terra (CPT),

¹ A configuração territorial ou configuração espacial é dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, portos, aeroportos, redes de comunicação, prédios residenciais, comerciais e industriais etc. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território (SANTOS, 1988, p. 111).

obtivemos dados referentes a ocupações e acampamentos até o ano de 2005; (b) de posse do material coletado foram realizadas a organização e tabulação das informações em gráficos, quadros e mapas. A espacialização de informações, como o número total de assentamentos rurais por município no Rio Grande do Sul e na Campanha Gaúcha contou com apoio do *software* Arcview 3.2 a-ESRI. A partir da montagem de um banco de dados, foi possível realizar a confecção dos nossos mapas temáticos; (c) em relação à fonte documental, buscamos informações em arquivos de jornais da região como o Jornal Ponche Verde localizado no município de Dom Pedrito, e em jornais que possuem edição *on line* com periodicidade diária, sendo um do município de Sant'Ana do Livramento; Jornal A Platéia, e dois do município de Bagé; Jornal O Minuano e o Jornal Correio do Sul. Essa escolha se justifica porque a partir das informações da mídia poderíamos encontrar elementos que nos auxiliassem na compreensão do processo de instalação de assentamentos rurais na região.

Dividimos, então, o presente ensaio três grandes partes. Na primeira, abordamos a formação e a territorialização do MST no estado do Rio Grande do Sul, na segunda parte, destacamos os territórios conquistados pelo MST por meio da luta pela terra e na terceira parte, discutimos a Campanha Gaúcha enquanto território de consolidação da luta pela terra. E por fim, tecemos algumas considerações finais.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): formação e territorialização no Rio Grande do Sul

No Brasil, o final da década de 1970 foi marcado pelo enfraquecimento do regime militar vigente deste o ano de 1964, quando os impactos sociais da modernização conservadora tornavam-se cada dia mais evidentes. O Rio Grande do Sul foi um dos estados do Centro-Sul mais afetados pelo avanço técnico na agricultura, tanto que, nesse período, foram intensos os fluxos migratórios de agricultores para áreas de fronteira agrícola, principalmente, para projetos de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Muitos desses agricultores não encontraram nos projetos de colonização condições ideais para sua reprodução e, por isso, voltaram para o estado denunciando a

precariedade de muitos desses projetos. No próprio estado existia uma grande massa de agricultores precariamente incluídos no processo produtivo, que juntamente com os atingidos pela construção de barragens hidrelétricas formavam uma grande massa que até então se encontrava “adormecida” durante o regime militar, emergindo com força total no final da década de 1970.

Outro fator que favoreceu o surgimento do MST foi o apoio recebido por setores progressistas da Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação, principalmente, pelas células das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) articulados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Igreja Luterana, que organizaram os trabalhadores sem-terra para reivindicarem seus direitos, numa sociedade que se vislumbrava como democrática.

[...] a origem do movimento está associada às ações de resistência e às ocupações de terras por grupos de trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações rurais de algum modo excluídos pelas transformações em curso na Região Sul e precariamente reintegrados na produção. Recusando a proletarização (e isto é muito importante para compreender o movimento), no campo ou na cidade, e não podendo mais reproduzir a pequena produção na fronteira agrícola (para eles o Mato Grosso e Rondônia), devido aos recursos técnicos e financeiros requeridos e aos conflitos aí existentes, para os descendentes de colonos que se identificariam hoje como sem-terra restou a iniciativa da luta pela terra. Filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de lumpen do campo, que vaga pela região, constituem a base inicial do movimento (GRZYBOWSKI, 1990, p. 23).

As ações de resistência, ou melhor, a estratégia encontrada pelos trabalhadores sem-terra foi realizar ocupações de terra, formando acampamentos aos moldes das experiências do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)² antes do regime militar. Assim, um grupo de colonos que arrendava terras da reserva indígena de Nonoaí foi expulso pelos índios, e não aceitaram ser reterritorializados em projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola. Eles realizaram, então, no ano de 1979, uma

2 Conforme Medeiros (1989), a origem do MASTER está associada a um grupo de 300 famílias de posseiros, que no final da década de 1950, ocupavam uma área de 1.600 hectares no município de Encruzilhada do Sul, que há mais de 50 anos estava sob sua exploração, e que passou a ser reivindicada por seu “proprietário”. A tentativa de despejo dos posseiros resultou na organização do primeiro núcleo do movimento.

ocupação nas glebas Macali e Brilhante, localizadas no norte do estado e pertencentes à fazenda Sarandi. A sua grande reivindicação era a realização do assentamento das famílias dentro do próprio estado.

Para Fernandes (2000), essa ocupação marca o processo de formação do MST.

A luta pela sobrevivência foi marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. **Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST.** As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de 60, quando o MASTER organizava acampamentos na região (FERNANDES, 2000, p. 47, grifo nosso).

Já para Navarro (1996), é o acampamento de Encruzilhada Natalino que marca o nascimento do MST.

Assim, **foi o acampamento de Encruzilhada Natalino**, organizado no início de 1981, **que significou, na prática, o nascimento do MST.** O acampamento beneficiou-se de uma conjuntura extremamente favorável e da surpreendente inabilidade dos setores contrários à luta dos sem-terra, principalmente o governo federal. Formado em março daquele ano, logo arregimentou 300 famílias e, em maio, já eram 600 as famílias do acampamento, contando com o decisivo apoio de grande número de religiosos (NAVARRO, 1996, p. 92, grifo nosso).

Para Medeiros (1989), até a formação do acampamento de Encruzilhada Natalino as ocupações de terra se davam de maneira isolada, não representando um salto de qualidade dessas lutas.

Esse lugar era um lugar histórico e simbólico da luta pela terra no estado. Já tinha sido ali realizado um acampamento nos anos 60, durante o governo Brizola. A terra já fora desapropriada por esse governador, mas naquele momento estava arrendada pelo estado a grandes empresários. O número de famílias no novo acampamento dobrou em cerca de dois meses. Foi grande a repercussão na imprensa, conseguindo mobilizar a opinião pública em seu favor (MEDEIROS, 1989, p. 149, grifo nosso).

Independentemente, se a gênese do MST tenha ocorrido durante a ocupação da Macali ou no processo de formação do acampamento de Encruzilhada Natalino, o certo é que seu território de gestação foi no extremo norte do Rio Grande do Sul, área historicamente marcada pela territorialização de colonos, que com o passar dos anos

foram desterritorializados pela impossibilidade de reprodução social ou pelo avanço da modernização conservadora.

A primeira ação do MST no Rio Grande do Sul ocorreu durante a tentativa de ocupação da estação experimental da Secretaria da Agricultura do Estado localizada no município de Santo Augusto, que se encontrava parcialmente desativada, mas que não ocorreu por causa da ação policial. Em vista disso, os sem-terra formaram um acampamento em Herval Seco, permanecendo quase um ano até seu assentamento pelo Governo Estadual.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde sua gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 14 a 21 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná. Em 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil (FERNANDES, 2000, p. 50).

A sociedade brasileira entrou o ano de 1985 com grandes expectativas, uma vez que o primeiro presidente civil, após o período militar, tomaria posse. Para os movimentos sociais, em especial, o MST representava a possibilidade de realização do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). No entanto, as expectativas, aos poucos, se frustraram devido à morosidade e à falta de compromisso político com a reforma agrária.

Na escala do Rio Grande do Sul, formou-se um grande acampamento organizado por cerca de 1.500 famílias, com um total de 8.000 pessoas na Fazenda Anoni, uma propriedade em torno de 10.000 hectares, que se encontrava oficialmente desapropriada, com o objetivo de reassentar os agricultores atingidos pela construção da Barragem do Passo Real.

Não parecia haver, naquela conjuntura, uma solução à vista, e um certo desânimo começava a tomar conta do acampamento Anoni. Decidiram então os agricultores realizar uma “caminhada” até Porto Alegre, distante 450 quilômetros da fazenda, como forma de mostrar à sociedade o drama que viviam. A ação, na chegada à capital, resultou em espetacular apoio popular, quando 40 mil pessoas, aproximadamente, recepcionaram a caravana dos colonos que chegava, depois de 27 dias caminhando desde a fazenda Anoni (NAVARRO, 1996, p. 94).

No segundo semestre de 1986, a fazenda Anoni foi liberada para o plantio. No entanto, em função do grande número de famílias acampadas, nem todas conseguiram um lote. As reivindicações do MST continuaram ativas exigindo novas desapropriações no estado. A partir de então, as ações do movimento deslocaram-se para o centro do Rio Grande do Sul, principalmente, para as proximidades do município de Cruz Alta.

No ano de 1991, o MST realizou uma ocupação no município de Bagé, localizado na Campanha Gaúcha, tradicional reduto pecuarista latifundiário. Verificou-se uma orientação geográfica nas ações do movimento dentro do estado do Rio Grande do Sul.

[...] a história de praticamente dez anos de lutas pela terra no Estado tem também **registrado um movimento geográfico das lutas**. Começando pelo norte, depois dirigindo-se à parte central do Estado (já em 1987/1988), as lutas atuais do MST já se concentram hoje [1996] na região sul, a região dos grandes latifúndios de ocupação antiga, configurando a mais tradicional burguesia agrária do Estado, voltada à exploração extensiva de bovinocultura. Nesta área, atualmente e nos anos seguintes, ocorrerá a última “batalha” pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra no Rio Grande do Sul (NAVARRO, 1996, p. 96, grifo nosso).

Nesse início de século XXI, os principais conflitos fundiários no Rio Grande do Sul deslocaram-se para a Campanha Gaúcha, berço do espaço latifundiário, onde somente em meados da década de 1990, o MST conseguiu se territorializar. As dezenas de assentamentos rurais existentes foram conquistas pontuais do movimento no “coração” do latifúndio gaúcho, possibilitando a territorialização da luta pela terra.

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. [...] Nesse processo, a fração do território é conquistada na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Assim, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 1999, p. 241).

No Rio Grande do Sul, a territorialização da luta pela terra é marcada pela hegemonia das ações do MST. Em outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, observamos uma grande proliferação de outros movimentos sociais rurais, muitos dos

quais foram dissidentes do próprio MST. Em linhas gerais, na escala nacional, podemos destacar a história do MST em três momentos principais.

O primeiro refere-se aos anos formativos, do início da década de 1980, quando dos primeiros grupos de sem-terra foram mobilizados, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passando por sua estruturação formal, em 1984, e estendendo-se até o emblemático ano de 1986, que conclui esta primeira fase, quando o movimento era ainda principalmente sulista. [...] Uma segunda etapa ocorre entre o final de 1986 e 1993, quando o movimento gradualmente optou por ações de confronto, em virtude de uma nova orientação interna que privilegiava esta tática de luta e recusava a direção até então assumida por mediadores da Igreja Católica. [...] O terceiro momento tem início em 1994, com a ocorrência de novos fatos, como a crescente desconfiança, no Rio Grande do Sul, dos outros movimentos em relação aos “sem-terra”, sua organização e estratégias de transformação política e econômica do mundo rural. O fato mais importante, no entanto, foi a “conquista” de São Paulo, pelo MST, a partir daquele ano, conseguindo consolidar-se no estado mais influente e, conseqüentemente, passando a ter uma presença ainda mais marcante nos assuntos relativos à reforma agrária (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 1999, p. 28-30).

Em relação ao processo de formação e territorialização do MST, Fernandes (2006), define quatro períodos:

Definimos o primeiro período [1979-1985] como gestação do MST que precede sua fundação. Esse momento é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período [1985-1990] foi definido tomando como referência suas ações em escala nacional e a consolidação da estrutura organizativa. Nessa fase, o MST configura a sua forma de organização e se estabelece em todas as regiões brasileiras. No terceiro período [1990-1999] analisamos a sua institucionalização, quando o MST torna-se o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. Definimos o quarto período [pós 1999] a partir do processo de mundialização dos movimentos camponeses com a criação da Via Campesina (FERNANDES, 2006, p. 1).

No decorrer da década de 1990, o MST filiou-se à Via Campesina, uma articulação de movimentos sociais rurais fundada em 1992 que congrega a Ásia, África, América e Europa, formando uma articulação internacional. No Brasil, além do MST, estão vinculados o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Diante do exposto, não há como negar o importante papel desempenhado pelo MST em termos do número de assentamentos criados, famílias beneficiadas com a

redistribuição das terras ocupadas, ou seja, a territorialização da luta pela terra em várias regiões do Brasil. Na contemporaneidade, o MST, o principal movimento social rural brasileiro, conquistou reconhecimento internacional pelas bandeiras defendidas, e, mais recentemente, tem extrapolado a questão da reforma agrária, ultrapassando para outros campos, como o modelo de desenvolvimento a ser seguido, a política comercial internacional, direitos humanos, dentre outros.

Rio Grande do Sul: territórios conquistados por meio da luta pela terra

Como percebemos, desde as primeiras ações do MASTER, as ocupações de terra tornaram-se uma estratégia importante no processo de luta pela terra e, posteriormente, em seu processo de processo de formação e territorialização, o MST também incorporou essa estratégia de resistência e reivindicação.

Ao observarmos a tabela 1, sobre o número de ocupações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul de 1988 a 2005, fica nítida a sua maior incidência a partir do ano de 1997, acentuando-se no período de 1999 a 2002.

Tabela 1 - Rio Grande do Sul: número total de ocupações de terra de 1988 - 2005

<i>Ano</i>	<i>Nº de Ocupações</i>	<i>Nº de Famílias</i>
1988	2	740
1989	10	1.695
1990	2	405
1991	7	2.903
1992	16	3.565
1993	5	1.506
1994	3	1.130
1995	1	802
1996	4	4.926
1997	6	3.056
1998	12	5.155
1999	21	6.098
2000	12	3.380
2001	18	6.942
2002	20	3.660
2003	12	2.250
2004	12	1.792
2005	12	2.405
Total	175	52.410

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

As ocupações de terra 1988 a 1990 ocorreram exclusivamente em municípios localizados na Metade Norte do estado e próximos a Porto Alegre. A partir de 1991, já ocorreram ocupações de terra na Metade Sul, mas continuaram também na metade Norte. Na medida em que os anos avançaram, proporcionalmente, ocorreu um deslocamento nas ocupações de terra, concentrando-se definitivamente na porção centro-sul do estado.

O que esses deslocamentos indicam é, de um lado, a crescente dificuldade de localização de imóveis desapropriáveis, como antes referido, mas igualmente, o “fechamento” aparente dos deslocamentos geográficos organizados pelo MST, no Rio Grande do Sul, em vista do longo período analisado, aos poucos esgotando as possibilidades de formação de novos assentamentos. Certamente aqui situa-se um dos maiores impasses (para organismos oficiais e o MST) para o prosseguimento da reforma agrária, pela via desapropriatória, no Rio Grande do Sul (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 1999, p. 43).

A concentração de ocupações de terra de 1998 a 2002 ocorreu principalmente por causa dos acirrados debates em torno dos índices de lotação pecuária entre o INCRA e a FARSUL, uma vez que os sem-terra consideravam tais índices muito baixos e os fazendeiros, muito elevados.

O ano de 1997 foi marcado, no Rio Grande do Sul, por acirrados debates sobre a questão agrária. O Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST – intensificou suas lutas e reivindicações através de ocupações de propriedades que considerava improdutivas, em especial nas Missões e Campanha. Os fazendeiros, nucleados na Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – Farsul, não tardaram a dar resposta, inconformados com o que consideravam invasão de propriedade privada produtiva. [...] a Farsul exige e obtém do Incra uma revisão dos índices de lotação para a pecuária do Rio Grande do Sul (SORIO JUNIOR, 2001, p. 9).

O embate deu-se devido à proposta dos pesquisadores que recomendaram na comissão do INCRA uma carga animal média de 0,44 UA/ha. Assim, com tais índices, a Metade Sul do estado estaria descaracterizada como área para reforma agrária, pois nenhuma propriedade se enquadraria como improdutiva. As atuais exigências partem do princípio de que a média lotação pecuária situa-se em torno de 0,80 UA/ha.

Portanto, os impactos das ações do MST no Rio Grande do Sul são perceptíveis na medida em que nestes trinta anos de luta pela terra foram conquistados centenas de assentamentos rurais nas diversas regiões do estado. A característica mais marcante na década de 1990 ocorreu pelo movimento geográfico dessas lutas, que penetraram no cerne do latifúndio gaúcho.

Ao observarmos a tabela 2, sobre o número total de assentamentos no Rio Grande do Sul de 1979 a 2005, evidenciamos alguns períodos com uma maior incidência de instalação de assentamentos rurais.

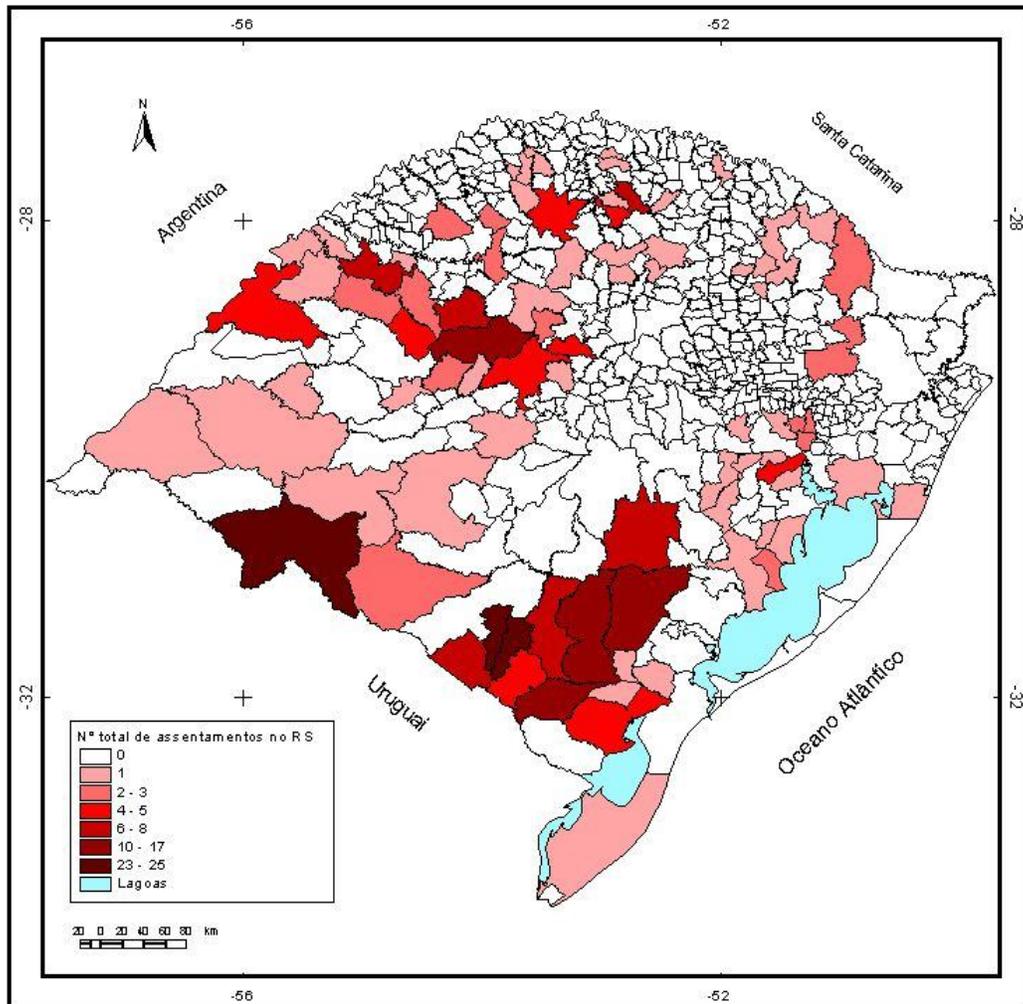
Tabela 2 – Rio Grande do Sul: número total de assentamentos, famílias e área (ha) de 1979 - 2005

<i>Ano</i>	<i>Nº de Assentamentos</i>	<i>Nº de Famílias</i>	<i>Área (ha)</i>
1979	3	167	2.983
1980	0	0	0
1981	1	66	1.049
1982	1	24	387
1983	5	72	2.296
1984	3	44	544
1985	1	57	574
1986	8	1.182	22.657
1987	7	285	6.282
1988	12	432	9.146
1989	19	621	18.906
1990	8	233	4.228
1991	9	450	6.512
1992	18	646	11.289
1993	7	195	2.744
1994	8	402	7.980
1995	7	408	8.772
1996	25	1.084	25.756
1997	32	1.201	30.605
1998	19	1.328	29.984
1999	30	1.009	22.514
2000	34	1.112	22.070
2001	40	1.565	32.203
2002	28	765	17.949
2003	4	170	3.147
2004	3	39	753
2005	6	262	4.365
Total	338	13.819	295.695

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Evidenciamos, também, que no decorrer da década de 1980 até meados da de 1990, ocorreu uma significativa política de instalação de assentamentos rurais, mas nada considerado ao período de 1996 a 2002 quando constatamos a maior incidência de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. A partir de 2003 registramos uma considerável diminuição nos projetos de assentamentos rurais.

Ao observarmos o mapa 1, perceberemos uma maior concentração espacial dos assentamentos rurais na área central, sudoeste e sudeste do Rio Grande do Sul.



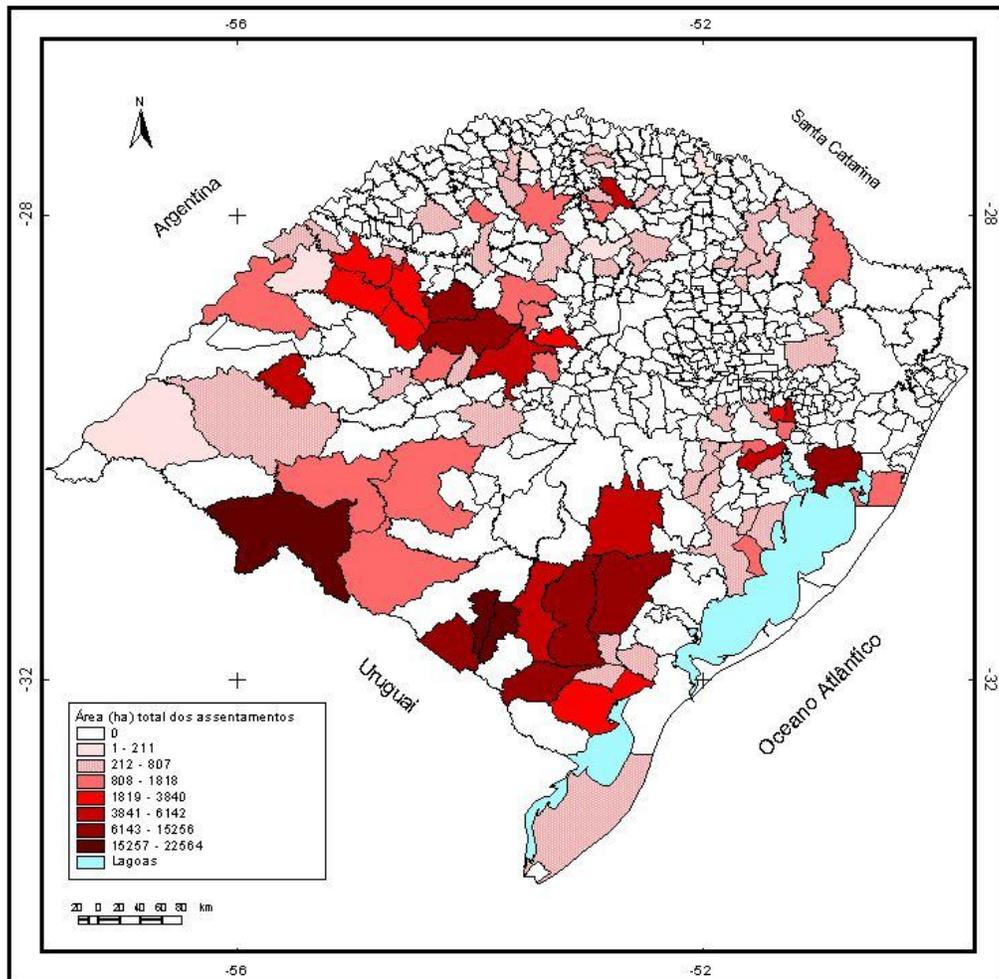
Mapa 1 – Rio Grande do Sul: número total de assentamentos por municípios até 2006

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Org.: Chelotti (2007).

No norte, destacam-se os municípios de Palmeiras das Missões, Ronda Alta e Sarandi. Na porção centro-oeste, destacam-se municípios como Capão do Cipó, Júlio de Castilhos, Jóia e Tupanciretã. No sudoeste, destacam-se os municípios de Hulha Negra e Sant’Ana do Livramento. No sudeste, os municípios de Canguçu, Candiota, Pinheiro Machado e Piratini, são os mais representativos.

O mapa 2, demonstra o total de área ocupada pelos assentamentos rurais. Verificamos a consolidação do sul do estado como território conquistado no processo de luta pela terra.



Mapa 2 – Rio Grande do Sul: área total (ha) dos assentamentos por municípios até 2006
 Fonte: DATALUTA/NERA (2006).
 Org.: Chelotti (2007).

Já em relação às áreas mais recentes de luta pela terra, destacam-se, na Campanha Gaúcha, o caso de Sant'Ana do Livramento, Hulha Negra e Manoel Viana, com maior concentração de famílias. Esse último, possui somente um assentamento, mas numa área de 6.000 hectares. Em relação à porção sudeste, destacam-se os municípios de Canguçu e Piratini com o maior número de famílias assentadas.

Ao completar 25 anos, o MST, mostrou-se capaz de se territorializar nos mais diversos estados brasileiros. Mas, tem sido no Rio Grande do Sul mantém-se hegemônico, conquistando significativos espaços para a reforma agrária. Se, na sua

gênese, a atuação encontrava-se concentrada no norte do estado, nos últimos anos, tornou-se evidente o deslocamento geográfico de suas lutas para a Metade Sul do estado.

A atual configuração da territorialização da luta pela terra no Rio Grande do Sul, sem dúvida alguma, é mérito das reivindicações e lutas promovidas pelo MST nos últimos trinta anos, forçando o Estado, seja na esfera estadual ou federal, a criar mecanismos de acesso à terra para milhares trabalhadores expulsos do campo.

Campanha Gaúcha: território de consolidação da luta pela terra

Haesbaert (1988), em pesquisa realizada no decorrer da década de 1980, sobre a formação da identidade regional gaúcha, já apontava alguns indícios de um processo que estava em curso, ou seja, a luta pela terra com os possíveis conflitos fundiários que caracterizariam a recente historiografia da geografia agrária da Campanha Gaúcha.

[...] o sentido da identidade regional e do latifúndio (que de algum modo a sustenta) para **o camponês marginalizado do acesso à terra é, por fim, uma outra questão a ser abordada**. A extraordinária mutação socioespacial transformou o latifúndio decadente em um espaço simbólico, fonte de identidade e “orgulho” para todos os gaúchos, contraditória e dialeticamente, pode gerar também seu reverso, pois a manutenção de vastos espaços improdutivos ou mal explorados **começa a mobilizar os segmentos sociais alienados dos meios de produção** (HAESBAERT, 1988, p. 90, grifo nosso).

No entanto, os primeiros assentamentos instalados foram organizados pelo Governo Estadual, que adquiriu propriedades nos municípios de Hulha Negra e em Dom Pedrito para assentar os sem-terra que realizavam pressão no norte do estado, principalmente, das famílias oriundas da Fazenda Anoni.

Reforma agrária chega a Dom Pedrito.

A secretaria da agricultura adquiriu 10 quadras de sesmaria para assentamento de colonos sem-terra, no Campo Seco. A medida provocou imediata reação dos produtores que entendem que a prioridade deva ser dos que aqui trabalham (arrendatários). [...] o hectare na região de Sarandi e Ronda Alta custa em torno de CZ\$ 500 mil e, em Dom Pedrito, região fronteira, o valor não poderia ultrapassar CZ\$ 200 mil. Alguns fazendeiros de Dom Pedrito, entretanto, admitiram ter recebido CZ\$ 800 mil por hectare.

Governo adquire terras para reforma agrária no município.

O presidente da associação dos agricultores Rui Raguzzoni afirma que sua classe não é contra essa decisão, apenas pondera a necessidade de dar prioridade aos colonos sem-terra que residem no município o que há muito vem lutando contra inúmeras dificuldades. Assim, como ele, os demais produtores concordam que o assunto não pode ser resolvido em nível (sic) de partido mas sim com participação de toda comunidade para que estas terras sejam exploradas por pessoas em condições para tanto (JORNAL PONCHE VERDE, 10/12/1988, grifos são manchetes).

Nesse caso, torna-se evidente que o Governo Estadual adquiriu a propriedade devido ao baixo preço da terra em relação a outras áreas do estado e pela necessidade de assentar inúmeras famílias que ainda permaneciam na Fazenda Anoni. Houve reação contrária por parte dos representantes dos latifundiários suma vez que esse caso poderia ser um precedente para mais assentamentos no município, e conseqüentemente, em toda a Campanha Gaúcha. Mas, ressalta-se que não se tratou de ocupação de terra, pelo menos nesses primeiros assentamentos que tinham por objetivo atenuar as pressões que ocorriam em outras áreas, principalmente, na porção norte do estado.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que as compras de terra em Dom Pedrito somente aconteceram depois que os técnicos e representantes dos sem-terra analisaram a área. A palavra final ficou com o Conselho, que é formado pela Secretaria da Agricultura, Fetag, Farsul, Banrisul. Nós não estamos desapropriando e sim pagando o preço justo [...] o governo está disposto a comprar mais terras, os interessados em vender suas propriedades devem encaminhar correspondência ao Mirad. [...] O secretário reconhece que o processo é traumático para muitos produtores, mas lembra que a intenção é resolver a questão e que o governo está comprando e não desapropriando (JORNAL PONCHE VERDE, 31/12/1988).

Para muitos proprietários, a negociação de suas terras com o Governo Estadual representava uma estratégia de obter algum rendimento, uma vez que se encontravam “endividados” com a desestruturação ocorrida na economia regional. Com a venda, esses recursos foram aplicados na aquisição de terra em outras áreas, como no centro-oeste brasileiro e norte do Uruguai.

Enfim, por mais que alguns proprietários fossem contrários à venda de terras para reforma agrária, isso não impediu que, principalmente, as médias propriedades fossem negociadas com o estado para se transformarem em assentamentos rurais, como ocorreu em Dom Pedrito e outros municípios.

Distante 42 km da cidade, a fazenda Vista Nova, no Campo Seco, não é igual a tantas outras do município; é que ali está começando um processo totalmente novo para os pedritenses: o assentamento de Colonos. Eles foram chegando em grupos, outros atrasados e acamparam a esquerda da estrada, embaixo de eucaliptos, erguendo pequenas barracas cobertas por plásticos onde abrigam seus filhos e esperanças. [...] E assim eles foram chegando ao município. Muitos foram meeiros ou empregados rurais, alguns pequenos produtores que esperam contar com assistência técnica e financiamento para trabalhar (JORNAL PONCHE VERDE, 21/01/1989).

A nosso ver, a hegemonia do espaço latifundiário regional começou a ser questionada na medida em que ocorreram as primeiras ocupações de terra nas proximidades do município de Bagé. O deslocamento de centenas de sem-terra das mais diversas áreas do estado foi uma estratégia importante na luta pela terra na Campanha Gaúcha. Até então, os conflitos fundiários restringiam-se ao norte do Rio Grande do Sul, área latente desde o final da década de 1970 e início de 1980.

Desde o ano de 1997, travaram-se acirrados debates em torno dos índices de lotação da pecuária no Rio Grande do Sul. Isso porque o índice de lotação da pecuária exigido pelo INCRA, para a Campanha Gaúcha, situa-se em torno de 0,8 unidade animal por ha, ou seja, menos de um animal por hectare e, mesmo assim, passou a ser contestado pelos pecuaristas por ser considerado um índice muito elevado, segundo as características regionais.

As vistorias das propriedades rurais da Campanha Gaúcha ocorreram devido apresentarem baixos índices de lotação pecuária por hectare, atingindo os interesses da classe pecuarista regional, especialmente, aqueles localizados nas proximidades do município de Bagé, principal área de pecuária de corte da Campanha Gaúcha.

A partir de então, os fazendeiros passaram a organizar-se para conter tais vistorias. No entanto, o INCRA realizou sucessivas intervenções no decorrer da década de 1990, resultando numa série de desapropriações e, conseqüentemente, na implantação de assentamentos rurais. Dessa forma, o INCRA conseguiu conter, em partes, a pressão exercida pelo MST nessa área.

Mas, as acirradas lutas entre os pecuaristas vinculados à FARSUL, e entre o INCRA e o MST não se esgotaram, pois a Campanha Gaúcha tornou-se o maior foco gaúcho de luta pela terra na década de 1990.

O deslocamento da luta pela terra para a Campanha Gaúcha representou uma das estratégias do MST para conquistar novos territórios de atuação no estado e, conseqüentemente, assegurar seus objetivos de realizar a “reforma agrária” em uma área que representa o cerne do espaço latifundiário no Rio Grande do Sul.

Na década de 1990, ocorreu uma reorientação geográfica na implantação dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, em direção aos municípios da Campanha Gaúcha. Essa reorientação se deu na medida em que deixaram de existir propriedades a serem adquiridas pelo INCRA e pelo Governo Estadual em áreas do Rio Grande do Sul.

A Campanha Gaúcha, portanto, insere-se tardiamente no processo de luta pela terra, pois os primeiros conflitos agrários começaram nas áreas onde a construção de barragens hidroelétricas, a modernização da agricultura penetrou primeiro, como no norte e noroeste, sendo responsável pela emergência, na década de 1960, de diversas lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra no estado, por meio da articulação do MASTER.

O processo de expulsão de milhares de trabalhadores rurais, principalmente das regiões coloniais do norte do estado e sua organização por meio de movimentos contestatórios e reivindicatórios em prol do acesso novamente à terra, possibilitou, nas últimas duas décadas, o assentamento de milhares desses trabalhadores.

Nesse sentido, o processo de assentamento desses trabalhadores ocorreu principalmente em outras regiões do estado, mais precisamente na Campanha Gaúcha, interferindo em uma estrutura fundiária extremamente concentrada há mais de 200 anos, ou seja, desde a formação das primeiras estâncias gaúchas.

Nesse início do século XXI, os maiores conflitos fundiários ocorreram na Campanha Gaúcha, tradicional reduto latifundiário, como foram os casos da fazenda Ana Paula Agropastoril, localizada no município de Hulha Negra, ocupada no ano de 2002 e da fazenda Southall ocupada em 2003, localizada no município de São Gabriel. Mas isso não significa que o problema agrário tenha acabado no norte do estado, mas a luta pela terra ganhou novos contornos, migrando para a Campanha Gaúcha.

Consideramos que estes dois episódios redefiniram o papel da luta pela terra na recente história agrária gaúcha, ganhando enorme repercussão na mídia estadual e nacional, fortalecendo as mobilizações por parte dos estancieiros para combaterem as

próximas ações que envolvessem o MST. A isso também se deve o fato, como mencionamos anteriormente, da sua institucionalização como área prioritária para realização de reforma agrária, principalmente, durante o governo Olívio Dutra. O MST, por meio de suas reivindicações, está conseguindo assentar milhares de trabalhadores, que têm como base o trabalho familiar, numa área historicamente concentradora de terra.

Em 2002, o MST ocupou a Fazenda Ana Paula Agropastoril, uma propriedade de aproximadamente 15.000 hectares, que abrange os municípios de Aceguá, Hulha Negra e Candiota, tradicionalmente conhecidos por possuírem os melhores campos dedicados à criação de raças bovinas de origem britânica como o Hereford, Angus e Devon, e pela existência de grandes haras destinados à reprodução de cavalos crioulos.

Um grupo de 800 colonos procedentes de acampamentos de Hulha Negra, Manoel Viana, Uruguaiana, Capão do Leão e BR 153 invadiu ontem, por volta do meio-dia, a Estância da Invernada, pertencente à Empresa Ana Paula Agropastoril, em Aceguá. De acordo com Paulo Sérgio Vargas, da coordenação estadual do MST, esta foi mais uma manifestação de inconformidade dos sem-terra contra o descumprimento das metas estabelecidas pelo governo federal para assentamentos no Rio Grande do Sul. Ele disse que a ocupação foi pacífica, já que os empregados da fazenda têm liberdade de entrar e sair do estabelecimento quando quiserem. “Queremos apenas pressionar o governo a agilizar o processo de reforma agrária, desapropriando os grandes latifúndios improdutivos, como é o caso da Ana Paula Agropastoril”. O condomínio possui 14,7 mil hectares, usados em pesquisa genética e na produção de 18 mil cabeças de gado [...]. No entanto, conforme o MST, excluindo a parte que realmente produz, naquelas terras poderiam ser assentadas cerca de 5 mil famílias.[...] Os produtores rurais da região estão mobilizados para contrapor a ação dos invasores. Hoje, às 11h, eles irão realizar uma assembléia geral extraordinária na sede da Associação/Sindicato Rural de Bagé, para definir formas de pressionar a justiça no sentido de recuperar a Estância Invernada (JORNAL CORREIO DO POVO, 04/05/2002).

A ocupação da fazenda Ana Paula, no período de 3 a 17 de maio de 2003, causou imensa repercussão, trazendo à tona a discussão em torno dos índices de produtividades nos campos da região. Desde 1998, os estancieiros estavam impedindo as vistorias por parte do INCRA na região. Com a ocupação, os sem-terra reivindicavam a retomada das vistorias de terra.

Uma questão importante a ser destacada, foram as mobilizações organizadas por parte dos proprietários rurais provenientes de diversos municípios da região que,

apoiados pelos seus sindicatos rurais e conseqüentemente pela FARSUL, realizaram vigília próximo à área ocupada, utilizando máquinas agrícolas, veículos, faixas, num ato de repúdio à ação do movimento.

Megliolaro (2005) propôs-se a identificar as questões ideológicas presentes no discurso jornalístico sobre a ocupação realizada pelo MST na Fazenda Ana Paula Agropastorial. A partir de algumas categorias como Poder, Cultura, Discurso e Imaginário, a autora detectou que o jornal encobriu o problema dos sem-terra, mas revelou sua preocupação com os ruralistas, com o modo de produção capitalista, em detrimento do real problema agrário.

A Medida Provisória que impede que áreas ocupadas pelo sem-terra sejam vistoriadas favoreceu o proprietário da fazenda, uma vez que esta foi vendida, no ano de 2004, para o grupo Votorantim para desenvolver projetos com silvicultura.

Görgen (2004) destaca que, para a maioria das pessoas, o município de São Gabriel não passava de um ponto perdido no mapa do Rio Grande do Sul, até que se anunciou a desapropriação da maior fazenda para reforma agrária da história do estado (13.222 hectares), justamente neste município. “São Gabriel é terra de terra concentrada. E fica próxima à região central do estado do Rio Grande do Sul. Município territorialmente grande e politicamente influente. Não é exagero dizer que em São Gabriel está o coração do latifúndio gaúcho” (p. 10).

No ano de 2001, o proprietário da Fazenda Southall recebeu uma notificação do INCRA para realização de vistoria de suas terras, com o objetivo de averiguar o cumprimento de sua função social. A partir desse ato, ocorreu uma das maiores batalhas jurídicas e políticas entre sem-terra e latifundiários na recente história agrária do sudoeste gaúcho. Os latifundiários organizados pelo Sindicato Rural e FARSUL reagiram imediatamente, por não aceitarem a vistoria realizada pelo INCRA, por serem contrários à realização de assentamentos rurais na região.

Próximo à entrada das fazendas, barreiras formadas por caminhões, carros, caminhonetes e aglomerado de ruralistas. Aproximadamente duzentas pessoas. [...] Os técnicos voltam ao hotel e comunicam Porto Alegre. São orientados a tentar a vistoria na outra fazenda, pois eram duas as propriedades notificadas. [...] Trazem equipamentos de som e cercam o hotel. Ouvem-se discursos inflamados em defesa da propriedade, em louvor à própria coragem ali manifestada, **anunciando o Movimento Vistoria Zero** e atacando o Incra e o MST. Sindicato Rural de São Gabriel, vice-prefeito local e Farsul assumem as barreiras (GÖRGEN, 2004, p. 14, grifo nosso).

Estavam lançadas as origens de um dos maiores conflitos entre Estado, latifundiários e mais tarde os sem-terra no Rio Grande do Sul. O INCRA tentando realizar as vistorias, os latifundiários organizados buscando apoio dos demais sindicatos rurais da região. Assim, verificou-se, como nunca, uma engenharia organizativa por parte dos proprietários, recebendo apoio logístico desde São Borja até Bagé. No entanto, essas ocorrências não impediram o INCRA de encaminhar o processo a Brasília decreto presidencial de interesse social para desapropriação.

No dia 20 de maio de 2003, o presidente da república Luis Inácio Lula da Silva decretou a área de interesse social para a reforma agrária. A partir daí, o MST organizou os sem-terra que estavam em diversos acampamentos espalhados pelo estado para realizarem uma marcha em direção à futura área a ser desapropriada. Na contra mão, os latifundiários organizaram-se com o intuito de barrar a ação do instituto. A Fazenda Southall tornou-se um marco simbólico na luta pela terra no Rio Grande do Sul, tanto para o MST que poderia conquistar mais um assentamento para 600 famílias, quanto para os latifundiários na manutenção da propriedade privada.

A marcha do MST, em direção ao município de São Gabriel, seguiu pela BR 290, principal rodovia de acesso ao município, durante as discussões sobre a desapropriação da área, com objetivo de pressionar o STF e chamar atenção para a questão fundiária no estado. No entanto, os fazendeiros da região mobilizaram-se para impedir o avanço da marcha do MST, fato que repercutiu na mídia nacional. A contramarcha foi organizada por ruralistas vinculados a diversos Sindicatos Rurais de municípios localizados próximos a São Gabriel.

MST e ruralistas retomam guerra de nervos

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ruralistas gaúchos retomaram ontem a guerra de nervos que travam desde o início de junho e suspensa em 9 de julho. Depois de 10 dias parados, 800 integrantes do MST voltaram a marchar em direção a São Gabriel, onde esperam ocupar 13,2 mil hectares do agropecuarista Alfredo Southall. [...] O reinício da marcha dos sem-terra teve resposta imediata entre os ruralistas. Mais de 16 sindicatos rurais das regiões Central, Fronteira Oeste e Campanha marcaram uma reunião para hoje, às 10 h, em São Gabriel (JORNAL ZERO HORA, 19/07/2003, grifo é manchete).

A população de São Gabriel, município com pouco mais de 50 mil habitantes, viu-se dividida entre duas situações: apoiar os ruralistas ou os sem-terra. Era de se esperar um maior apoio aos ruralistas, até pela sua influência na política e economia do município. No entanto, setores como a CUT e CPERGS/Sindicato (Sindicato dos Professores Estaduais) realizaram manifestação na cidade a favor da reforma agrária, contrariando o discurso único existente até então.

Os militantes da CUT e de outros Movimentos da Via Campesina estão por toda cidade, ouvindo e explicando o que querem os sem-terra, a importância da Reforma Agrária para gerar emprego, a necessidade de se organizarem para conquistar seus direitos, que não há o que temer com a vinda do MST [...] Em sua maioria, estes militantes são urbanos, vindos de sindicatos e movimentos, de todos os cantos do Rio Grande do Sul. São metalúrgicos, professores, desempregados, trabalhadores da indústria da alimentação, jornalistas, funcionários de escolas, estudantes. Há também representantes de outros movimentos sociais do campo: mulheres camponesas, pequenos agricultores, jovens proprietários rurais desalojados por barragens e agentes de pastoral (GÖRGEN, 2004, p. 189).

A administração pública juntamente com a justiça solicitou a interrupção da marcha do MST em direção a São Gabriel alegando falta de segurança, caso os dois grupos, sem-terra e latifundiários se encontrassem. No entanto, o MST seguiu a marcha mesmo não tendo onde acampar e realizar o ato público na cidade. Um filiado do PT municipal, porém, cedeu sua área próxima ao perímetro urbano para a mobilização, abrigando o novo acampamento do MST no Rio Grande do Sul.

Para os organizadores da marcha, a realização da manifestação em São Gabriel representava mais do que uma reivindicação em prol da desapropriação da Fazenda Southall, era uma questão simbólica em prol da luta pela terra, principalmente no

município, local onde se encontrava uma das maiores propriedades latifundiárias do estado.

Para Görgen (2004), o julgamento da desapropriação aconteceria após a chegada da marcha a São Gabriel. No entanto, foi antecipado para o dia 14 de agosto de 2003. A estratégia de antecipação do julgamento fora acertada com o Ministério da Justiça, que estava preocupado com a criação de uma situação fora do controle do ponto de vista da segurança pública.

No entanto, a ministra do Tribunal Superior Federal Ellen Gracie Northfleet vetou a desapropriação, alegando a invalidade da vistoria realizada pelo INCRA, uma vez que o fazendeiro não fora devidamente notificado. Embora a desapropriação da Southall tenha sido cancelada, o MST não desistiu de reivindicar a área. Para os ruralistas, o cancelamento da desapropriação representou uma vitória para a categoria.

Os sem-terra, presos na beira da estrada, acompanharam desolados o fatídico julgamento de Brasília. A maioria chorou. Outros xingaram. Muitos silenciaram sem entender. Perto dali, no CTG (Centro de Tradições Gaúchas) Caiboaté, os fazendeiros fizeram festa e soltaram foguetes (GÖRGEN, 2004, p. 222).

A tensão, no entanto, voltou à tona novamente no final do ano de 2006, quando a Aracruz Celulose anunciou o interesse de comprar parcelas da Fazenda Southall, gerando descontentamento por parte dos integrantes do MST, que voltou a reivindicar a desapropriação da área para fins de reforma agrária, realizando uma marcha que saiu de Sant'Ana do Livramento em direção a São Gabriel.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) retomou ontem a marcha em direção à Fazenda Southall, em São Gabriel. Cerca de 350 trabalhadores rurais caminham na BR 158, próximos a Rosário do Sul.

O MST reivindica a desapropriação da Fazenda Southall, de 13,7 mil hectares que, segundo o movimento, o proprietário possui mais de R\$ 50 milhões em dívidas com os cofres públicos. Enquanto isso, os produtores de diversos municípios da região, inclusive de Bagé, estão monitorando a movimentação dos sem-terra, com objetivo de defender a possível terra a ser invadida. A integrante do MST/RS, Jane Fontoura, relata que a dívida corresponde ao valor da propriedade, por isso, o movimento quer que o Incra faça a desapropriação. A multinacional Aracruz Celulose estaria negociando a compra da área (JORNAL MINUANO, 23/11/2006) (Grifos no original).

Tudo indica que os conflitos pela posse da terra estavam distantes de se acalmar na região, pois o MST continuava reivindicando mais áreas para realização da reforma

agrária no reduto do espaço latifundiário gaúcho, o que vinha de encontro com os apontamentos de Górgen na conclusão de seu livro *Marcha ao coração do latifúndio*.

A marcha chega em São Gabriel e, nas terras do Seu Antônio, ficam-se os primeiros barracos do novo acampamento do MST. **Os sem-terra vieram para ficar em São Gabriel. Pois terra de latifúndio é chão para a Reforma Agrária.** A luta não para, só enfrentou mais um percalço e de mais um passo. A marcha dos sem-terra chegou no coração do latifúndio gaúcho. E chegou com a força da esperança de todo o movimento social do Rio Grande do Sul (GÖRGEN, 2004, p. 228, grifo nosso).

Entre idas e vindas, marchas e contra-marchas passaram-se cinco anos desde que o MST começou a pressionar o INCRA para desapropriar a Fazenda Southall. No final do ano de 2008, o anúncio da aquisição de parcela da fazenda, juntamente com outras também localizadas em São Gabriel representou mais uma conquista do MST no cerne do latifúndio gaúcho. Destacamos que das treze propriedades adquiridas pelo instituto, nove localizavam-se no referido município (Tabela 3).

Tabela 3: Imóveis adquiridos pelo INCRA na região da Campanha no ano de 2008

<i>Imóvel</i>	<i>Área (hectares)</i>	<i>Município</i>	<i>Famílias</i>
São Paulo 1*	548,7	São Gabriel	31
São Paulo 2*	122,3	São Gabriel	07
Fazenda Jaguari Grande	534	São Francisco de Assis	26
Granja Santa Mercedes*	1.591	Alegrete	82
Granja Santa Rosa*	1.625	Santa Margarida do Sul	100
Estância do Céu*	4.953	São Gabriel	330
Fazenda Itaguaçu*	1.996	São Gabriel	122
Fazenda 33	1.835	São Gabriel	122
Faz. Santa Marta	4.335,83	São Gabriel	280
Faz. São Marcos	2.705,38	São Gabriel	165
Faz. Santo Izidro	1.224,23	Alegrete	52
Faz. São José	914,76	São Gabriel	62
Estância Santa Rita	2.252,80	São Gabriel	165
Total	24.638		1.544

* Famílias já assentadas nas áreas

Fonte: INCRA (2008)

Org. Chelotti, M. C. (2009)

Em Chelotti; Pessoa (2007) destacamos a frustração dos trabalhadores sem-terra em função da não desapropriação da Fazenda Southall. Mas isso não significou que o MST tenha perdido forças, pelo contrário, o que percebemos foi uma intensa

mobilização, ou por meio de passeatas ou formação de acampamentos, como estratégias de pressionar o Estado a realizar a reforma agrária na região. A BR 290, ligação entre Sant’Ana do Livramento – São Gabriel, onde em suas margens estão localizados vários assentamentos rurais, tem-se configurado como um local de tensão entre o MST e os ruralistas desde que o INCRA decretou a Fazenda Southall como área de interesse para reforma agrária.

Também evidenciamos que os sem-terra, organizados pelo MST, voltaram a se mobilizar com a confirmação do proprietário da Fazenda Southall que pretendia vender metade de suas terras para a Aracruz Celulose, para quitar suas dívidas com a União. No entanto, os integrantes do MST exigiam que a propriedade fosse negociada com o INCRA, a fim de que o proprietário adquirisse títulos da dívida agrária.

Em função das constantes manifestações realizadas pelo MST na região, objetivando pressionar o estado a realizar a desapropriação da Fazenda Southall e, com isso conquistar mais um assentamento na região, um grupo de vereadores do município de São Gabriel criou a Frente Parlamentar Ruralista (FPR), denominada anti-invascionista e de defesa do direito de propriedade.

A partir dessas considerações, evidenciamos uma latente questão agrária na região da Campanha Gaúcha. Assim, o INCRA ao desapropriar, no segundo semestre de 2008, a Estância do Céu (parte integrante da Fazenda Southall) e outras áreas, reconhece as pressões exercidas pelo MST que possuía um projeto político muito claro de conquistar as terras da família Southall para a realização de mais um assentamento na Campanha Gaúcha.

A conquista da Estância do Céu representou, portanto, mais do que uma nova área de reforma agrária na Campanha Gaúcha. Ela foi considerada um símbolo de luta pela terra que há anos foi travada entre o MST e os latifundiários da região (Figura 1). “Em um golpe simbólico de foice, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) abriu a porteira da Estância do Céu, em São Gabriel, e tomou posse da área considerada um símbolo da resistência ruralista contra as invasões” (Jornal Zero Hora, 19/12/2008).



Figura 1: Reportagem sobre o dia em que a Estância do Céu foi adquirida pelo INCRA para se transformar em assentamento
Fonte: Jornal Zero Hora (19/12/2008)

A conquista dessas novas áreas para a reforma agrária representam as reivindicações travadas há mais de vinte anos no espaço agrário gaúcho por milhares de trabalhadores sem-terra, os quais foram capazes de penetrar e se territorializar numa área em que o “latifúndio” representa mais do que uma reserva de capital ou status quo, ele é a própria identidade regional, que se moldou no decorrer de duzentos anos de ocupação e produção do espaço mais meridional do território brasileiro.

Algumas considerações

Após duas décadas de luta pela terra, nesse início do século XXI, os principais conflitos fundiários ocorreram na Campanha Gaúcha, tradicional reduto do latifúndio gaúcho, como foram os casos da fazenda Ana Paula Agropastoril, localizada no

município de Hulha Negra, ocupada no ano de 2002 e da fazenda Southall ocupada em 2003, localizada no município de São Gabriel. Mas, isso não significa, que o problema agrário tenha acabado no norte do estado, a luta pela terra ganhou novos contornos, migrando para a Campanha Gaúcha.

A tendência da territorialização dos assentamentos rurais, portanto, é confirmada pelas ações do INCRA, quando, no final do ano de 2008, o órgão trabalhava na implantação de novos assentamentos em áreas de antigas estâncias. Com isso, o instituto adquiriu 13 novas áreas, totalizando 24.638 hectares, concentradas, principalmente, no município de São Gabriel, a mais nova área de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Mediante o exposto, tornam-se evidentes as novas (re)configurações territoriais em curso na Campanha Gaúcha.

A instalação de assentamentos rurais tem possibilitado novas configurações territoriais na Campanha Gaúcha, em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva de corte e pela lavoura capitalista do arroz irrigado. Assim, novas relações socioespaciais estabeleceram-se no espaço agrário regional, principalmente entre os estancieiros e os assentamentos, pois seu mecanismo de acesso à terra foram ocupações organizadas pelo MST que resultaram na conquista de novos territórios para a reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul.

Referências

ALVES, F. D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota (RS)**, 2006, 137f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - CCR – UFSM, 2006.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

BENEDETTI, A. C. **Na conquista da fronteira: um estudo de caso nos assentamentos rurais de Hulha Negra/RS**. 1998, 230f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Agricultura e Desenvolvimento) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CERCA de 800 integrantes do MST invadiram ontem a Estância Invernada. **Jornal Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 maio 2002.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

___ ; PESSOA, V. L. S. A luta pela terra na microrregião geográfica da Campanha Central/RS/BR: os sem-terra chegaram no “coração” do latifúndio gaúcho. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2007.

___ **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento – RS**. 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

___ Assentamentos rurais: novas configurações territoriais na Campanha Gaúcha. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 22, 2003, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: AGB, 2003. p. 177-180.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT, 2007.

COLONOS já estão na Fazenda Vista Nova. **Jornal Ponche Verde**, Dom Pedrito, 21 jan. 1989.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 435f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura/CPDA) - UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

___ **A formação do MST no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 2000.

___ Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Uerj, 2006, p. 1-20.

FONSECA, V. P. da. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul:** a contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira. 1994, 140 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, UFSM, Santa Maria, 1994.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n.10, p. 154-176, 1994.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** 2 ed. Rio de Janeiro: FASE/ Vozes, 1987.

GÖRGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio.** Petrópolis: Vozes, 2004

HAESBAERT, R. **RS:** Latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

LEITE, S. et al (Org.) **Impacto dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

MST e ruralistas retomam guerra de nervos. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jul. 2003. Geral, p. 24.

MST retoma marcha em Santana do Livramento. **Jornal O Minuano**, Bagé, 23 nov. 2006. p. 6.

MST toma posse de um símbolo ruralista. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 19 dez. 2008. p. 50.

MARTINS, J. de. S. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, R. M. V.; SOSA JUNIOR, D. de O. Desterritorialização e (re) territorialização dos trabalhadores sem-terra na Campanha Gaúcha. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1, 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2006a. p. 1-18.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 62-105.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, L. S. ;

LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999. p. 19-68.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA/NERA/DATALUTA, FCT/Unesp, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS. 1994. p.32-56

OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.) **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SORIO JUNIOR, H. **A ciência do atraso**: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

VIEIRA, E. F., RANGEL, S.S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**: espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

ZAMBERLAM, J.; FLORÃO, S.R. Impactos dos assentamentos na economia de 4 municípios da região de Cruz Alta. In: GÖRGEN, S; STÉDILE, J. P. (Org.) **Assentamentos a resposta econômica para a reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11-39.

*Recebido em 21/08/2009

Aceito para publicação em 26/01/2010